

Tensões e transformações recentes da participação social no Brasil

GEOVANE GESTEIRA SALES TORRES
LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA
LUIZ PAULO RIBEIRO

Resenha: GOHN, Maria da Glória. **Ativismos no Brasil:** movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis: como impactam e por que importam?. Petrópolis: RJ: Vozes, 2022.

A participação social no Brasil, um tema de prestígio na ciência política (Gohn, 2019a), é destacada internacionalmente pelo fato do país ser visto como um laboratório de inovações democráticas (Avritzer, 2017). O orçamento participativo, os conselhos de políticas públicas, as conferências temáticas, os planos plurianuais participativos, os planos diretores participativos e os mandatos políticos coletivos são alguns exemplos dessas inovações que levam o Brasil a um patamar de destaque no que diz respeito a

GEOVANE GESTEIRA SALES TORRES

Geovane Gesteira Sales Torres - Doutorando em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN). Coordenador da linha Políticas Públicas, Direitos Humanos e Diferenças no Laboratório de Estudos em Políticas Públicas, Territorialidade e Diferenças (Uné-UFCA). Pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (UFCA) e do grupo Estado e Políticas Públicas (UFRN).
E-mail: geovanegesteira.profissional@gmail.com

LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA

Lindijane de Souza Bento Almeida - Doutora e mestra em Ciências Sociais (UFRN). Professora da UFRN. Diretora do Instituto de Políticas Públicas (2022-2026). Coordenadora do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LABPLAN-UFRN) e do grupo Estado e Políticas Públicas (UFRN).
E-mail: lindijane.almeida@ufrn.br

LUIZ PAULO RIBEIRO

Luiz Paulo Ribeiro - Doutor em Educação (FaE-UFMG). Professor da UFMG (DECAE - FaE - UFMG). Pesquisador no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo (NEPCampo) e Núcleo de Estudos em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (NESATT).
E-mail: lupari2109@gmail.com

mecanismos de participação social e política. Contudo, longe de ser um paraíso participativo e um cenário inerte de participação, as ações coletivas no Brasil apresentam dilemas e transformações constantes. De problemas de efetividade de instituições participativas (IPs) (Milani, 2008; Lavallo; Voigt; Serafim, 2016), à eclosão de associativismos conservadores e antidemocráticos (Tatagiba, 2018; Baron, 2018; Gohn, 2019b), perpassando a disputa de projetos políticos participativos (Dagnino, 2002; Abers; Almeida, 2019), pensar a participação social brasileira exige esforços analíticos constantes e refinamentos teórico-metodológicos.

Neste caminho, uma contribuição analítica salutar para este campo de estudos é o livro “Ativismos no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis: como impactam e por que importam?”, de autoria de Maria da Glória Gohn, publicado em 2022 pela editora Vozes. A obra é organizada nas seções: 1) Apresentação; 2) O cenário do associativismo brasileiro na década de 2010 e a bomba da covid-19 em 2020; 3) O ativismo nas ações coletivas no Brasil em 2020-2021 - solidariedade, protestos, conflitos e contramovimentos; 4) Teorias de categorias de apoio às análises sobre as ações coletivas destacando-se os movimentos sociais; 5) Ativismo nos coletivos - novas formas de expressão e de reestruturação na lógica das ações coletivas, reconfiguração do ativismo urbano ou nova geração de movimentos sociais?; e 6) Considerações finais.

A autora é formada em sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mestra em sociologia¹ pela Universidade de São Paulo, doutora em ciência política² também pela Universidade de São Paulo, com estágio pós-doutoral na *New School University*. Além disso, é professora titular aposentada da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas e professora visitante sênior da Universidade Federal do ABC. Em 2023 foi agraciada pela Sociedade Brasileira de Sociologia com o

1 Dissertação “Classes populares, periferia urbana e movimentos sociais urbanos: o movimento das sociedades amigos de bairros em São Paulo”, defendida em 1979.

2 Tese “Participação Popular e Estado-O Movimento de Luta por Creches em São Paulo”, defendida em 1983.

prêmio Florestan Fernandes. Ao decorrer da sua trajetória acadêmica, Gohn publicou dezenas de artigos em periódicos científicos, capítulos de livros e obras bibliográficas, sendo uma referência sociológica em temas como a participação social, educação e juventude.

Na apresentação do livro ora resenhado, Gohn (2022) destaca o crescimento dos coletivos no associativismo civil brasileiro, de espectro político progressista ao conservador. A autora frisa, ainda, que as teorias sobre os movimentos sociais são respostas interpretativas sociohistoricamente contextualizadas. Tais aspectos são *insights* que recebem aprofundamento ao decorrer do livro.

Na segunda seção, Gohn (2022) salienta que a América Latina na década de 2010 foi marcada pela ascensão política de grupos conservadores e de direita, tensionando a democracia. Isso ensejou diversas reações dentro e fora dos movimentos sociais, mobilizando grupos em torno da concretização de direitos e da defesa da democracia. Não obstante, a autora relembra que nacionalmente diversos grupos conquistaram direitos legais, mas a partir, sobretudo, da judicialização. Ademais, as formas de organização sociopolítica se alteraram, deixando de ser menos de militância focada em determinado grupo, passando a uma pluralidade de ativismos.

Por exemplo, sobre as manifestações de junho de 2013, Gohn (2022) destaca a diversidade de pautas adotadas, indo de questões identitárias a aspirações conservadoras. Contudo, o destaque desse ciclo de protestos diz respeito ao protagonismo de jovens e o uso de novas tecnologias para mobilização. Isso reverberou em articulações políticas posteriores que influenciaram o golpe jurídico-parlamentar de 2016 e a eleição de Bolsonaro em 2018. Nesse contexto, “[...] o populismo autoritário se instalou e as instituições começam a ser destruídas por dentro” (Gohn, 2022, p. 30-31).

Durante a pandemia de Covid-19, e governo Bolsonaro no Brasil, as desigualdades socioeconômicas, raciais/étnicas e de gênero foram escancaradas. Essa crise sanitária também desnudou a importância dos sistemas públicos de saúde e de assistência social. Apesar disso, a pandemia também gerou atos de solidariedade entre distintos grupos e em diversos contextos nacionais. Assim, “O voluntariado e as ações de apoio financeiro

e de suprimentos aos pobres, desabrigados e desassistidos etc. despontaram em todos os segmentos sociais” (Gohn, 2022, p. 39). Contudo, Gohn (2022) é coerente ao destacar que essas ações solidárias não resolvem o problema da pobreza, devendo-se tecer críticas à noção de Estado mínimo e à delegação para a sociedade de responsabilidades governamentais com o bem-estar social - marca do projeto político neoliberal (Dagnino, 2002).

Na terceira seção, Gohn (2022) afirma que com a pandemia, as ações coletivas se marcam pela congregação de novos atores coletivos, ações solidárias comunitárias e atos antidemocráticos e conservadores. Internacionalmente, o movimento *Black Lives Matter* ganhou ascensão, inclusive no Brasil, denunciando que não há democracia com racismo. No que se refere aos repertórios de ação, o período demarcou um crescimento dos manifestos, dentre os quais se citam os manifestos: Projeto Brasil Nação, Estamos Juntos, Somos 70%, O Esporte pela Democracia, As Forças Armadas e a Democracia etc. Mas durante a pandemia, como já salientado, ganhou destaque a renovação de movimentos comunitários de ajuda mútua. Ademais, o período foi caracterizado, durante o governo Bolsonaro, pela extinção e pelo enfraquecimento de instituições participativas no governo central. Entretanto, longe de serem apáticos a essa realidade, diversos grupos sociais reagiram politicamente às medidas governamentais, como a flexibilização de legislações ambientais, enfraquecimento de IPs e o descaso com políticas de combate à pandemia, inclusive o retardamento na oferta de vacinas. Não obstante, inúmeras entidades protagonizaram a campanha nacional Fora Bolsonaro (Gohn, 2022).

Em sequência, a autora aborda um tema já consagrado em suas publicações (Gohn, 2018; 2019a; 2019b), as teorias que auxiliam os estudos sobre as ações coletivas no Brasil. Afirma-se a reformulação de movimentos sociais, sobretudo em virtude do surgimento dos chamados movimentos globais, os quais assumem configurações progressistas e conservadoras. A autora problematiza o caráter contextual do entendimento dos movimentos sociais velhos, novos e novíssimos, encarando esses últimos, quando assumem uma configuração conservadora e antidemocrática, como contramovimentos.

Assim, Gohn (2022) elenca como principais correntes teóricas aliadas aos estudos sobre a participação no país: 1) 1970: teorias marxistas/críticas; 2) 1980: teorias identitárias ou culturalistas; 3) pós-1988: teorias institucionalistas; 4) 2000-2010: teorias autonomistas; 5) pós-2013: teorias neoliberais. Porém, a pesquisadora indica que não há sobreposição dessas teorias, havendo necessidade de repensar os conceitos, definições e bases teóricas, para não recair em anacronismos. Em complemento, ela destaca que pensar as teorias isoladamente não supre adequadamente a análise do fenômeno participativo. Devendo-se, ainda, equilibrar a análise dos contextos com questões estruturais e considerar os diferentes tipos de ativismos e formas de engajamento.

Enfim, ao abordar os coletivos, Gohn (2022) parte da hipótese de que essa forma de ação coletiva evidencia a reconfiguração do ativismo urbano. Os coletivos se diferenciam dos movimentos sociais porque “[...] são atores de uma ação coletiva, e não um sujeito coletivo” (Gohn, 2022, p. 181). Dessarte, embora sejam heterogêneos e fluidos, amiúde adotam lutas mais diretas e imediatas, são horizontais organizacionalmente, têm a autonomia como princípio, relacionam-se entre si quando há sintonia e compartilhamento de interesses, além de serem apartidários, mas não antipartidários. Após isso, a autora evidencia a necessidade de melhor qualificação teórica dos coletivos, contudo, frisa que confundi-los com os movimentos sociais é um equívoco.

Em síntese do conteúdo e exortação que o livro enseja, destaca-se que o pensamento de Gohn (2022), a qual defende que é necessário:

Aprofundar a democracia participativa ouvindo o povo, reduzir desigualdades, promover os direitos humanos e promover o cuidado e a defesa do meio ambiente parecem ser eixos básicos essenciais para um novo tempo no Brasil. O grande desafio é como fazer isso, como construir processos com ações efetivas que dêem substância para um projeto para o país, e não apenas um manual de intenções ou uma lista genérica das áreas em que há necessidade de ações concretas; há necessidade de propor políticas públicas efetivas. (Gohn, 2022, p. 125).

Portanto, a obra aqui resenhada traz elementos para se pensar a participação social no Brasil, em suas múltiplas formas. O livro remonta ciclos de participação social no país, elencando correntes teórico-metodológicas importantes para os estudos do tema. Mas isso, que já consta em outras produções da autora, é complementado pela reconstrução histórica recente das reconfigurações, resiliência, potencialidades e dilemas das ações coletivas no país, em interface com fenômenos internacionais. O tema, que urge na agenda da ciência política e de outras ciências, mostra-se fundamental para reflexões em torno da democracia e cidadania, em suas tensões e resistências. Os atos antidemocráticos e a tentativa de golpe de Estado que afligiram o Brasil em 2022-2023 podem ser lidos politicamente a partir de Gohn (2022), considerando a sua ênfase no surgimento, fortalecimento e articulação de contramovimentos, sobretudo a partir de 2013. Ademais, a sua análise de movimentos comunitários de solidariedade põe luz à crítica ao projeto político participativo neoliberal que influencia diretamente na garantia e efetividade de direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; ALMEIDA, Debora Rezende de. Participação no século XXI: o embate entre projetos políticos nas instituições participativas federais. In: ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e PT**. São Paulo: UNESP, 2019, p. 373-399.

AVRITZER, Leonardo. Participação na democracia brasileira: a hegemonia popular e a inovação do protesto da classe média. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 43-65, jan./abr. 2017.

BARON, Letícia. Os novos movimentos de direita no Brasil e o discurso anti-partidário: ambivalências e contradições. **Leviathan: Cadernos de Pesquisa Política**, São Paulo, n. 13, p. 113-136, 2018.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279-301.

GOHN, Maria da Glória. Marcos referenciais teóricos que têm dado suporte às análises dos movimentos sociais e ações coletivas no Brasil – 1970-2018. **Revista Brasileira de Sociologia**, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 10-35, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil**: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019b.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81, jan./abr. 2019a.

LAVALLE, Adrian Gurza; VOIGT, Jessica; SERAFIM, Lizandra. O que fazem os conselhos e quando o fazem? Padrões decisórios e o debate dos efeitos das instituições participativas. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 609-650, set. 2016.

MILANI, Carlos RS. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, jun. 2008.

TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**, Leiden, v. 17, n. 1, p. 112-138, 2018.